

Textos para Discussão

TD-IEA n.19/2010

A Falta de Familiaridade com a Família no Estudo do Pequeno Empreendimento Agrícola no Brasil¹

Lack Of Familiarity With Family In The Study Of Small Agricultural Firms In Brazil

Alberto Medici²

Aluisio Almeida Schumacher³

Toshio Nojimoto⁴

Mai 2010

¹Registro no CCTC: 01/2010.

²Sociólogo, Doutor, Professor da Faculdade de Ciências Agrônomicas - UNESP, Botucatu, SP, Brasil (e-mail: alberto@fca.unesp.br).

³Economista, Professor da Faculdade de Ciências Agrônomicas - UNESP, Botucatu, SP, Brasil (e-mail: aluisio@fca.unesp.br).

⁴Engenheiro Agrônomo, Professor da Faculdade de Ciências Agrônomicas - UNESP, Botucatu, SP, Brasil (e-mail: toshio@fca.unesp.br).

**RESUMO**

Artigos publicados no Brasil a partir de meados da década de 1990 sobre pequenos empreendimentos agrícolas procuram abordar predominantemente a “agricultura familiar”. Apesar de utilizarem tal expressão, eles não tratam de um aspecto relevante para o conhecimento da organização efetiva desses empreendimentos: as relações intrafamiliares existentes e sua contribuição (ou não) para o sucesso da pequena empresa agrícola da família. A omissão no tratamento do tema pela literatura de ciências sociais aplicadas é apontada, bem como sua intencionalidade e implicações.

Palavras-chave: pequena empresa agrícola; pequena empresa familiar; família na agricultura; relações intrafamiliares.

ABSTRACT

Articles published in Brazil about small agricultural firms as of the mid-1990s have a predominant focus on “family agriculture”. But despite the use of the expression “family agriculture”, they fail to address an important requirement to know the effective organization of these enterprises: the actual relationships among relatives (within a family) and their contribution - or not - to the outcome of small family farms. We point out the failure of applied social sciences to deal with this question, as well as their intention and implications.

Key-words: small agricultural firm; small family firm; agricultural families; family relationships.

1 - APRESENTAÇÃO

Até a década de 1980, nos estudos sobre pequenos empreendimentos agrícolas brasileiros, eram utilizados termos como camponeses, lavradores, sitiantes, pequenos produtores, dentre outros, para denominar seus responsáveis e participantes. Recentemente, no entanto, surgiu e se impôs predominantemente a expressão “agricultores familiares”.

Moraes (1998) e Neves (2005) explicam o surgimento e expansão do uso desta expressão. No entanto, a literatura sobre “agricultura familiar”, que se dedica ao estudo dos pequenos empreendimentos agrícolas geridos e/ou desenvolvidos por grupos constituídos de indivíduos com vínculos familiares, frequentemente não trata da significação e da implicação destes vínculos para organização da instituição.

A utilização tão frequente nessa literatura da expressão “familiar”, que chega ao ponto de suscitar um tipo diverso de agricultura, está em flagrante contradição com a atenção dada às características deste objeto/sujeito que trabalha e/ou gerencia pequenos empreendimentos agrícolas.

Pesquisas recentes, especialmente a de Singly (2007), indicam que as famílias ocidentais contemporâneas têm passado por mudanças expressivas, incluindo as que se dedicam à prática da agricultura.

A literatura sobre empresas familiares no Brasil trata da família, das relações entre seus membros e das relações entre tais membros e o trabalho realizado na empresa (PASSOS et al., 2006). Todavia, são raros os estudos que abordam essa questão nas pequenas empresas familiares do setor agrícola.

Do ponto de vista do conhecimento sobre administração ou gestão de pequenas empresas, pouco importa a atividade econômica que elas desenvolvem. No entanto, destaca-se, e não apenas no Brasil, uma comunidade de pesquisadores da área de ciências sociais (no sentido de KUHN, 1998) que se dedica ao estudo da agricultura, da “questão agrária” ou do também chamado “agronegócio”, e que produz uma literatura sobre o assunto.

É essa literatura/comunidade que é dada como tema, na medida em que ela se refere constantemente à família, mas que com frequência deixa de examinar como a família se organiza para produzir.

Se a prática da agricultura (gestão e/ou execução) é efetuada pela família, compreendê-la melhor significa explicitar como a equipe formada pelos familiares se relaciona para investir, comprar insumos, produzir e comercializar, dentre outras ações. Tais decisões resultam de análises e escolhas. Logo, para entender o que ocorre no interior dessas pequenas empresas, é importante saber como se dão essas escolhas.





Os estudos sobre gênero nos pequenos empreendimentos agrícolas não tratam do problema aqui apontado porque centram a atenção em apenas uma parte e em um aspecto do comportamento da família. Para compreender e avaliar o resultado obtido pelo conjunto dos trabalhadores e dirigentes do processo produtivo, é necessário considerar a qualidade da colaboração entre todos.

Nesse contexto, os resultados obtidos pela pequena empresa agrícola da família também dependem dos seguintes fatores: como os membros da família se relacionam; quais são as motivações e projetos de cada um; como dividem o trabalho, aí incluído o “doméstico”; quem lidera e como se dá o processo de decisão; e quais são as principais regras vigentes no dia a dia do empreendimento. Estas questões, e outras da mesma natureza, precisam ser respondidas.

Para mostrar que a literatura sobre a “agricultura familiar” raramente trata dessas questões, foi feito um levantamento e analisaram-se artigos publicados a partir de meados da década de 1990, constantes do portal SCIELO e de alguns outros periódicos selecionados.

Além desta introdução, este artigo contém mais quatro partes. A primeira trata do objeto tido por referência e da sua importância destacada na literatura. A segunda apresenta a definição utilizada de pequeno empreendimento agrícola familiar. A terceira refere-se aos resultados da pesquisa efetuada e a última traz algumas considerações finais e implicações dos resultados obtidos.

2 - OBJETO, IMPORTÂNCIA E CONTEXTUALIZAÇÃO

O estudo da agricultura brasileira em seus aspectos sócio-econômicos se realiza no âmbito das principais disciplinas da área de ciências humanas e ciências sociais aplicadas, ou mesmo de modo interdisciplinar ou multidisciplinar, através de diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Na pesquisa, não houve qualquer delimitação para fins de obtenção dos dados. Artigos de todas as disciplinas e orientações metodológicas foram pesquisados a partir da palavra-chave “agricultura familiar”.

O conjunto formado pelos pequenos empreendimentos agrícolas geridos e/ou desenvolvidos por famílias no Brasil é bastante heterogêneo. A origem e a história de cada subconjunto formado a partir de tal universo são diversas e podem ser apresentadas de múltiplas perspectivas. O objetivo do texto restringe-se a alertar sobre a necessidade de explicitação de um aspecto importante a ser considerado na literatura que trata do tema: o das relações intrafamiliares.

As famílias que praticam a agricultura no Brasil mudaram significativamente nas últimas décadas. Os seus componentes conquistaram maior autonomia e liberdade den-



tro do grupo familiar. Assim, a figura do chefe que designa tarefas e é obedecido, em razão de sua autoridade referida pela tradição e presente na cultura, vem perdendo espaço. Ganha importância cada vez mais a ação dos indivíduos orientada prioritariamente por interesses e motivações próprias.

Se as relações que prevalecem são diferentes do passado e o empreendimento familiar precisa ser competitivo, para que não apenas as famílias em abstrato, mas os familiares envolvidos obtenham renda, torna-se relevante o aprofundamento do estudo dessas relações.

No estudo de qualquer empreendimento produtivo, as relações sociais no trabalho precisam ser devidamente consideradas. Esse aspecto, porém, não tem sido observado atentamente pela maioria dos pesquisadores da “agricultura familiar”. Essa omissão dificulta a ação na realidade. Política pública, assistência técnica, fomento, financiamento e outras iniciativas (governamentais ou não) tornam indispensáveis as explicações prévias dadas pelas pesquisas para atingir seus objetivos.

E essa omissão chama a atenção mais ainda no momento presente em que se proclama a necessidade de mútuo reconhecimento e respeito entre os indivíduos, não apenas no âmbito das atividades econômicas e do trabalho, mas também na dimensão das liberdades e do desenvolvimento de capacidades para a vida em sociedade (HONNETH, 2003).

Antes de tratar do problema das atividades econômicas no contexto da organização familiar, convém mencionar, de forma breve e sucinta, a origem dos estudos e dos estudiosos da “agricultura familiar”.

Esta expressão passa a ser utilizada a partir da década de 1990, de acordo com as observações de duas antropólogas: Maria Dione C. de Moraes e Delma Pessanha Neves. A primeira escreveu em 1996 e publicou em 1998:

[...] creio [...] ser possível pensar que, para além da construção identitária relacionada a trabalho familiar na agricultura simplesmente, fica a questão da possibilidade de construir uma identidade política a partir da agricultura familiar que recobre processos variados. [...] Pode estar se construindo uma nova identidade política capaz de alimentar lutas numa disputa política árdua não apenas demandando políticas, mas colocando-se em cena constituindo uma nova identidade gestada, inclusive no interior do movimento, a partir de uma grande diversidade. [...] Parece haver uma franca tendência a uma consubstancialização do termo agricultura familiar como uma nova síntese para cuja construção concorrem imagens institucionais, conceitos, e a própria linguagem das entidades, capaz de abrigar uma diversidade grande de segmentos das populações agrárias no Brasil (MORAES, 1998, p. 132-3).

A segunda autora escreveu em 2005 e publicou em 2007:



A proposição da agricultura familiar como termo de apelação de um setor produtivo também correspondeu a procedimentos de mobilização política, visando à criação de princípios para enquadramento institucional de diferenciados usuários de serviços e recursos públicos. [...] Emerge então [...] a construção do agricultor familiar como sujeito de direitos, consagrados enfim pelo PRONAF [...]. Em resumo, no Brasil, o termo agricultura familiar corresponde então à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, mediante apoio de instituições internacionais [...]. Os termos agricultura familiar e agricultor familiar, tornando-se apelações obrigatórias, passaram a integrar a organização de disciplinas e cursos oferecidos em universidades brasileiras, de instituições voltadas para a atualização profissional, de temas de seminários e congressos, revistas e outras tantas formas de publicação. [...] Na maior parte das vezes, os traços constitutivos dos agentes produtivos rubricados como agricultores familiares não se encontram na agricultura nem na família, mas no projeto político de constituição de uma categoria sócio-econômica (NEVES, 2007, p. 229-32).

Como a expressão se disseminou e até “oficializou-se” amplamente, nem todos que a empregam desconhecem a importância de considerar as relações intrafamiliares. Entre eles está Lauro Mattei que, em artigo que trata da relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade, destaca que

[...] é necessário considerar, também, a estratégia individual dos seus membros (família), uma vez que a família está constantemente em mutação, quase se transformando em um agregado de estratégias individuais, as quais nem sempre estão ligadas às atividades das explorações agrícolas (MATTEI, 2007, p. 1066).

Ocorre que, na maior parte dos estudos empíricos, as relações intrafamiliares não são devidamente consideradas e analisadas. Essa constatação provém da análise de artigos obtidos em levantamento efetuado nos periódicos da base de dados SCIELO e em outros periódicos especializados selecionados.

Todos os periódicos incluídos na base de dados SCIELO até o momento da pesquisa (julho de 2009) foram considerados. A eles, foram acrescentados outros periódicos acessíveis ao público através da internet e que tratam de modo destacado a questão agrária e/ou agronegócio no Brasil.

Partindo de uma busca nesses periódicos da expressão “agricultura familiar” pelos campos título, assunto ou palavra-chave e resumo, consideram-se todos os artigos que incluíam referência a estudos empíricos. Antes de analisar os artigos localizados no levantamento, segue a definição de pequeno empreendimento agrícola familiar.



3 - O PEQUENO EMPREENDIMENTO AGRÍCOLA FAMILIAR

Para os propósitos deste artigo, levou-se em conta que o pequeno empreendimento agrícola familiar é aquele desenvolvido e gerenciado por indivíduos (dois ou mais) que se consideram da mesma família. Tanto o seu gerenciamento como o seu desenvolvimento pode contar, ou não, com ajuda externa.

O pequeno empreendimento familiar que desenvolve outra atividade, ou “plurialtivo”, pode contar com ajuda de consultores, assessores, assistência técnica, serviços terceirizados, dentre outros.

Diferencia-se do pequeno empreendimento agrícola individual, em que os familiares não participam das atividades nem do gerenciamento. Também na agricultura, um indivíduo pode ser proprietário e gerente de um empreendimento, contando com ajuda externa não familiar. Como exemplo, destacam-se os citricultores de Bebedouro, conforme descrição que aparece no trabalho de Marie Anne Najm Chalita e Nilce de Penha Migueles Panzutti:

As relações que os produtores estabelecem entre propriedade, trabalho e família mudaram substancialmente no espaço de no máximo duas gerações, dissociando trabalho/família, gestão/família e patrimônio/família, e fragmentando, em síntese, a intimidade que esses elementos mantinham entre si no sentido da relação propriedade-família (CHALITA; PANZUTTI, 2006, p. 23).

Esses citricultores, aqui identificados como pequenos (embora lá também pode-se encontrar médios e até grandes) empresários individuais, continuam sendo “familiares” para as autoras:

[...] O produtor familiar moderno, além de ser o proprietário da terra, assume um novo papel no setor: o de proprietário do capital e de ser aquele que concebe, aplica e executa suas concepções através do trabalho dos outros, em oposição ao proprietário-trabalhador rural [...] (CHALITA; PANZUTTI, 2006, p. 24).

A literatura sobre empresas familiares distingue de forma clara os empreendimentos pela figura dos três círculos (Figura 1).

Como não se trata das empresas familiares agrícolas em geral, mas apenas das “pequenas” empresas familiares agrícolas, o público se restringe às seguintes categorias: (1) membros da família; (2) proprietários familiares; (4) familiares que trabalham na empresa; e (7) proprietários familiares que trabalham na empresa. A seguir, as justificativas para a inclusão dessas categorias.

1 - Quando dois ou mais indivíduos da mesma família estão ligados a um empreendimento, é bastante provável que os demais membros interfiram nele de alguma for-

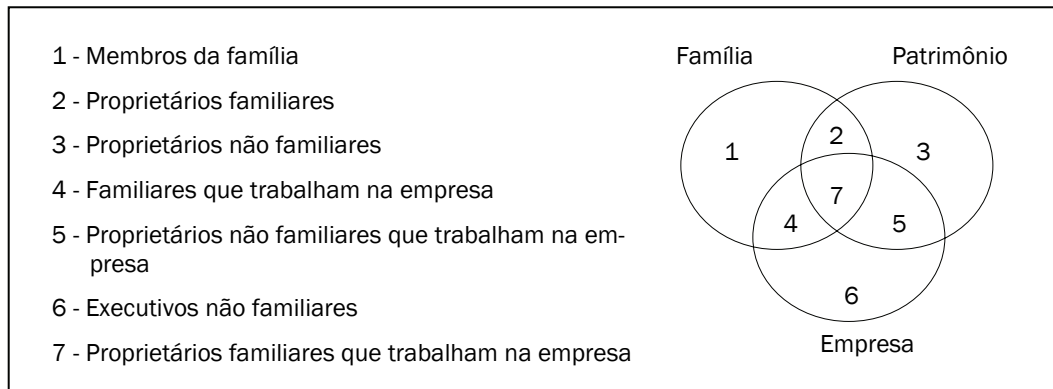


Figura 1 - Modelo dos Três Círculos.

Fonte: Passos et al. (2006, p. 66).

- 2 - Dependendo do nível de formalização do empreendimento, fica mais ou menos claro quem não é e quem é (e quanto) proprietário do patrimônio relacionado ao empreendimento. Esta distinção é importante, principalmente em momentos de transição, porque nem todos os membros têm a mesma relação com o patrimônio.
- 4 - Da mesma forma que a propriedade, o trabalho também é diferenciado entre os membros, porque nem todos necessariamente trabalham no empreendimento da família. Além disso, o tipo e quantidade de trabalho de cada um também precisam ser considerados.
- 7 - Os membros que são ao mesmo tempo proprietários e trabalhadores também se distinguem dos demais. Formam o núcleo do pequeno empreendimento familiar e provavelmente são os que têm mais responsabilidade nas decisões e planos.

Justifica-se a exclusão das demais categorias pelo possível comprometimento da pequenez do empreendimento. O dimensionamento dos empreendimentos por um teto em valores monetários, como o faturamento, lucro ou outro é pouco prático em situações de pesquisa. Correndo os riscos subjacentes à opção, excluem-se as seguintes categorias:

- 3 - Proprietários não familiares em pequenas empresas familiares, cuja presença é rara. Esta presença aparece com mais frequência em médias e grandes empresas “controladas por famílias”.
- 5 - Trabalhadores em pequenas empresas familiares com participação enquanto proprietários ou cotistas, e não pertencentes à família, que são raramente encontrados. Em



geral, apenas grandes empresas controladas por famílias podem eventualmente distribuir a seus empregados parte do patrimônio da empresa.

6 - Executivos, pois quando uma empresa familiar os contrata para gerenciá-la, muito provavelmente já deixou de ser pequena.

No pequeno empreendimento agrícola, às vezes estão presentes indivíduos ou famílias que arrendam entre si pequenas parcelas de terra, interferindo na ação de outros. Ou então desenvolvem algumas atividades em parceria. Parceiros e arrendatários (incluindo seus familiares) também participam de decisões tomadas por outras famílias.

No caso do arrendamento, pode-se exemplificar com os pequenos empreendimentos que incluem a pecuária: dependendo da situação ou momento, uns arrendam pasto de outros para seus animais; outros arrendam seu pasto para os animais de propriedades alheias.

Para concluir a definição de pequeno empreendimento agrícola, deve-se mencionar a possível presença de assalariados. Há empreendimentos pequenos nos quais os familiares trabalham e gerenciam, mas que, por suas características ou necessidades específicas, não podem prescindir de algum assalariamento.

4 - O EMPREENDIMENTO FAMILIAR SEM RELAÇÕES INTRAFAMILIARES

Os artigos aqui analisados resultam de estudos que recolheram dados primários (entrevistas e observações) em pequenos empreendimentos agrícolas. Seus autores se referiram a esses empreendimentos como “agricultura familiar”, mas não trataram das relações existentes entre os membros da família para desenvolver e/ou gerenciar a atividade agrícola.

De um ponto de vista meramente acadêmico/burocrático, pode-se dizer que os trabalhos desses autores não possuem problemas internos: suas pesquisas atingiram os objetivos propostos. O conhecimento do relacionamento existente no interior das famílias pesquisadas não fazia parte dos objetivos. Ocorre que, deste modo, um aspecto relevante dos pequenos empreendimentos familiares deixa de ser contemplado.

Considerados o elevado número e as diferenças observadas nos artigos encontrados, dois itens serão apresentados: no primeiro, aqueles que ignoram ou apenas recolhem dados sobre as atividades dos membros da família; no segundo, aqueles que tratam desses dados recolhidos, mas não analisam as relações intrafamiliares nos empreendimentos.



4.1 - Relações Ignoradas ou Apenas Levantadas

Elizabeth Alves Nogueira e outras autoras, no estudo de um caso de insucesso econômico de famílias associadas e assentadas no município de Angatuba, Estado de São Paulo, expõem o que consideram essencial para o êxito deles:

O planejamento da produção – incluindo o manejo do cultivo – para atender a esses requisitos de mercado pressupõe capacitação, informação e organização [...]. Garantida a posse, cabe aos assentados cultivar a terra de maneira adequada e competente. Para tanto, é preciso orientação do que e como plantar, acesso a financiamento e, principalmente, da colaboração e acompanhamento técnico constantes (NOGUEIRA et al., 2007, p. 7).

As pesquisadoras sempre se referem aos “assentados”, e chegam a tratar do relacionamento entre eles em uma associação. Porém, não tratam da pequena mas importante associação que se forma, ou é formada, pelos membros da família. Como se sabe, a grande maioria desses pequenos empreendimentos é constituída por mais de um pequeno produtor/proprietário/administrador. E é o caso do estudo das autoras, quando afirmam que

[...] a produção de maracujá é desenvolvida, em geral, em pequenas propriedades de agricultura familiar e, salvo raras exceções, em uma área de cultivo variando de 1 a 5 ha por produtor. As necessidades de tratos culturais fazem com que a atividade seja exigente em mão-de-obra, notadamente, nas fases de plantio, florada (polinização) e colheita. É importante ressaltar que detalhes técnicos inerentes à produção demandam treinamento para essa mão-de-obra, para atender a contento as necessidades do cultivo (NOGUEIRA et al., 2007, p. 8).

Como se pode notar, a área é “do produtor”, e ele próprio e seus familiares são tratados como “mão-de-obra”. Em nenhum momento as pesquisadoras cogitam verificar como são as relações entre os membros das famílias para produzir. As diferenças nas relações das famílias podem ter alguma relação com o sucesso ou insucesso delas.

Sebastião Eustáquio Pereira, Adelaide dos Santos Figueiredo e Paulo R. A. Loureiro estudam a relação entre crédito, educação e escolha do canal de distribuição na constituição da renda da “agricultura familiar” na horticultura de um núcleo rural do Distrito Federal. O objetivo dos autores foi “*identificar a influência de diversos fatores relacionados com a renda do agricultor familiar*” (PEREIRA; FIGUEIREDO; LOUREIRO, 2006, p. 776).

Os dados são colhidos “por produtor” e a única menção que aparece relacionada com a família é a de que “*uma característica dessa atividade é que as pessoas que trabalham são todas remuneradas, sendo da família ou não*” (PEREIRA; FIGUEIREDO; LOUREIRO, 2006, p. 786).



Os autores apresentam a renda média desses produtores e o desvio padrão a partir de um levantamento efetuado em 2003. Por outros dados apresentados na literatura revista, nota-se um crescimento da renda média nesses empreendimentos a partir de 1990. Mas, na apresentação dos resultados, não consideraram nada que pudesse indicar mudança na trajetória ou na diferenciação interna existente nas famílias que trabalham nas propriedades pesquisadas:

Os resultados permitem associar, de forma mais coerente, o relativamente fraco poder de mercado dos horticultores à sua inadequada capacidade de compreensão do funcionamento do mercado, reflexo de baixo nível de escolaridade, falta de visão de longo prazo e baixa capacidade de organização (PEREIRA; FIGUEIREDO; LOUREIRO, 2006, p. 795).

Os dados constantes do artigo mostram que os produtores são diferentes e os autores não consideram tais diferenças para análise da utilização (ou não) do crédito. Apontam o baixo nível de escolaridade do chefe (média de 8,17 anos com desvio padrão de 5,42) sem considerar a escolaridade dos membros da família. A composição das famílias e o relacionamento entre seus membros para produzir parece não ter ligação com o “poder de mercado” desses horticultores.

Fausta Calado Silva e Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão buscam

[...] investigar o papel da cooperação na extensão rural no processo de inclusão competitiva dos agricultores familiares da floricultura tropical em Pernambuco (SILVA; LEITÃO, 2009, p. 9).

Para caracterizar esses agricultores, as autoras são claras e insistentes:

[...] Todas as unidades produtivas entrevistadas se caracterizam como de base familiar. [...] Todos os produtores investigados caracterizam-se por manter uma gestão familiar dirigidas pelos próprios donos e seus familiares. Esses familiares desempenham, em geral, outras tarefas na produção e distribuição de flores tropicais e dedicam tempo integral ou parcialmente a elas (SILVA; LEITÃO, 2009, p. 12).

Embora tratem da cooperação (ou falta dela) entre esses agricultores (que são identificados como responsáveis por suas respectivas unidades de produção), em nenhum momento é discutido esse mesmo tema entre os familiares de cada unidade.

Entre os estudos que analisam dados referentes a um conjunto de famílias e não se preocupam com relações no interior dessas famílias, está o de Luci Suzana Bedin Amorim e Jefferson Andronio Ramundo Staduto. O objetivo do estudo é

[...] analisar a organização da produção da agroindústria familiar como estratégia de desenvolvimento rural da agricultura familiar. Para isso, são pesquisadas 40 unidades familiares rurais dos municípios [...] (AMORIM; STADUTO, 2008, p. 16).



Na apresentação dos dados obtidos, temos uma série de informações que nada informa sobre como cada família se organiza para produzir. Uma das preocupações é a de identificar as atividades agrícolas e não agrícolas da população pesquisada:

Os residentes que desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas (agroindústria familiar) na propriedade representam 70,2%; destes, 34,2% dedicam-se exclusivamente à atividade não agrícola na propriedade, ou seja, na agroindústria familiar, e 36% - além de trabalhar na agroindústria - também desempenham atividades agrícolas na propriedade. [...] A atividade agrícola é desenvolvida por 54,4% dos residentes, sendo que 15,8% destes se dedicam exclusivamente às atividades agrícolas e 11,4% estão ocupados em atividades não agrícolas fora da propriedade [...] (AMORIM; STADUTO, 2008, p. 22).

Outra preocupação dos pesquisadores é a de informar quem administra as 40 unidades pesquisadas: *“As agroindústrias são administradas por mulheres em 50% dos casos. Em 22,5% delas, o casal administra; 12,5% é administrada pelo marido; em 10% dos casos, um dos filhos administra [...]”* (AMORIM; STADUTO, 2008, p. 25).

Com a mesma característica, encontra-se o estudo de Miguel Angelo Perondi e Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro, que analisam *“[...] as estratégias de reprodução da agricultura familiar, por meio do estudo das questões similares a duas comunidades rurais”* (PERONDI; RIBEIRO, 2000, p. 4).

Os autores não discutem as relações que ocorrem dentro de cada uma das famílias. Na seção em que tratam da organização familiar, eles relacionam observações sobre o que costuma ocorrer nas comunidades estudadas:

Aqueles com idade superior a 16 anos e que desejam ficar no campo assumem uma rotina de trabalho similar aos seus pares adultos, sendo ainda não emancipados pela condição de solteiros e estudantes do ensino médio. [...] Entre aqueles que migram, a grande maioria é de jovens adultos [...] (PERONDI; RIBEIRO, 2000, p. 9).

Com bastante frequência, esses estudos da “agricultura familiar” entrevistam ou consultam apenas os responsáveis pelo empreendimento. Não é o que ocorre com o que foi efetuado por Renata Menasche e Régis da Cunha Belém, que apresentam alguns resultados e reflexões a partir de uma pesquisa sobre relações sociais de gênero em sete municípios nas regiões sudeste e centro do Paraná. Neste estudo, todos os familiares foram consultados, e as atividades que cada um deles desenvolvia foram consideradas, conforme registram os autores:

Foram 169 pessoas - mulheres, homens, moças e rapazes -, membros de 69 famílias de agricultores familiares, que responderam aos formulários para coleta de dados. [...] O objeto em foco era a rotina de trabalho e vida dos diferentes membros da família na produção de leite (MENASCHE; BELÉM, 1998, p. 135).



Entretanto, em razão dos objetivos da pesquisa, as reflexões realizadas com base na tabela 1, como resultado do levantamento efetuado, nada indicam sobre o que ocorre no interior de cada uma das famílias pesquisadas.

Tabela 1 - Principais Ocupações dos Membros da Família, na Pesquisa em Sete Municípios nas Regiões Sudeste e Centro do Estado do Paraná, 1995
(em %)

Entrevistado	Lavoura	Criações	Casa	Estudo	N. total
Mulheres	30	17	52	0	69
Moças	22	9	36	27	55
Homens	79	19	1	0	68
Rapazes	44	8	3	44	79

Fonte: Menasche; Belém (1998, p. 136).

4.2 - Relações Consideradas, mas Não no Empreendimento

Entre os estudos da “agricultura familiar” que consideram as relações intrafamiliares, estão os preocupados com questões de gênero. Esta ênfase aparece, por exemplo, no artigo de Else de F. Albuquerque e Marilda Menezes que analisam

[...] a atividade artesanal como uma fonte de rendimentos, perpassada por relações de gênero, atentando para a importância da renda renascença como atividade de homem e de mulher e a sua feitura no cotidiano das mulheres, em que se entrelaçam trabalho, socialização de crianças e vivência lúdica (ALBUQUERQUE; MENEZES, 2007, p. 462).

As autoras relatam que

[...] logo cedo, em torno dos 5 anos, meninos e meninas são iniciados no trabalho do roçado. Como a iniciação na renascença também ocorre nesse período, e sendo a estiagem comum na região, os meninos acabam por aprender a render do mesmo modo como aprendem a trabalhar na roça [...]. É comum encontrar nos sítios crianças de ambos os sexos fazendo renda, pois essa é, em muitos casos, a única possibilidade de trabalho na maior parte do ano (ALBUQUERQUE; MENEZES, 2007, p. 463-4).

No que se refere à questão do gênero, as autoras admitem que,

[...] quando se trata da luta pela sobrevivência, as atribuições de gênero ficam fragilizadas. Nesses termos, na socialização de meninos e meninas de famílias camponesas, encontramos meninas/mulheres trabalhando na roça e meninos/homens trabalhando na renda (ALBUQUERQUE; MENEZES, 2007, p. 466).

Como se preocupam em conhecer os projetos individuais dos familiares, ao expor os resultados da pesquisa, informam que



[...] o filho de Suelene aprendeu a render com 8 anos. Atualmente, ele tem 16 anos e, há 1 ano, não faz mais renda. Tentamos conversar com ele, mas não tivemos sucesso. Segundo a mãe, depois que foi crescendo, ficando rapazinho, “foi ficando besta, com vergonha de trabalhar na renda e não quer nem falar no assunto” (ALBUQUERQUE; MENEZES, 2007, p. 464).

Este estudo apenas confirma a importância da consideração das relações intra-familiares nos empreendimentos familiares. As autoras não analisam como são essas relações nos empreendimentos que visitam e de onde recolhem dados.

Outro estudo na mesma direção é o de Valmir Luiz Stropasolas que [...] aborda os conflitos de valores presentes no seio da agricultura familiar, particularmente colocando em relevo as representações, expectativas e projetos de vida formulados em torno da noção de casamento por filhos/as de agricultores familiares (STROPASOLAS, 2004, p. 254).

Sua conclusão é:

[...] se o casamento tradicionalmente assumia um papel fundamental na reprodução social do patrimônio familiar e na organização do processo de trabalho, buscar reproduzi-lo com modelos e padrões típicos de família, de pai, passa a ser questionável para parcela significativa de moças descontentes com o papel e o lugar a elas atribuído nesse processo (STROPASOLAS, 2004, p. 266).

Há artigos que fazem referências a relações intrafamiliares, mas de forma genérica, identificando membros da família como mulheres e/ou jovens. Embora relatem resultados pontuais de levantamentos de dados primários, não analisam o que ocorre dentro de cada família. É o caso do de Reginaldo Sales Magalhães, quando relata:

Os jovens da área rural são ainda mais que as mulheres submetidos a uma estrutura de hierarquia que limita profundamente o acesso e o controle sobre recursos financeiros. Embora haja maior democratização dos espaços de participação nas relações familiares, os jovens têm pouco poder de decisão e pouca autonomia na gestão do dinheiro. [...] Os filhos têm que pedir dinheiro aos pais toda vez que precisam [...]. A autonomia dos jovens é conquistada apenas quando possuem um salário vindo do trabalho fora da propriedade dos pais – é esse inclusive um dos principais motivos do desejo dos jovens de sair de casa e da área rural (MAGALHÃES, 2009, p. 282-3).

Também se refere às relações intrafamiliares Maria Ignez S. Paulilo, quando analisa o trabalho familiar. A autora escreve com o objetivo de “[...] discutir o trabalho familiar [...], essa forma de trabalho [que] afeta tanto homens como mulheres e não está restrita às atividades agrícolas [...]” (PAULILO, 2004, p. 235). De seu relato, destacam-se três observações, sendo a última mais importante:



- 1) Com a longevidade aumentando cada vez mais, os que trabalham junto à família ficam na posição de dependentes por longo tempo. Muitas vezes é esta a causa da saída dos filhos da propriedade, e não a precária situação econômica (PAULILO, 2004, p. 235).
- 2) Se as filhas e filhos não são proprietários da terra, também não podem ser considerados apenas empregados e pagos como tal; são sócios mesmo que minoritários do empreendimento, pois comprometem seu futuro mantendo, quando não aumentando, esse patrimônio (PAULILO, 2004, p. 248).
- 3) Persiste a ideia de que a renda é familiar, o que pressupõe distribuição igualitária entre seus membros. Permanece intocada a imagem da família rural como um todo coeso, tão cara aos órgãos de extensão rural e às igrejas (PAULILO, 2004, p. 249).

Outro aspecto contemplado por esses estudos que investigam parcialmente relações intrafamiliares é a influência de alguns membros da família sobre outros por ocasião da tomada de decisões. É o caso apresentado no artigo de Francisco Eduardo de Castro Rocha e outros autores, que se propuseram a

[...] avaliar a intenção de pagamento de crédito com base no ponto de vista de beneficiários dos Grupos A e B do PRONAF, tomando como referencial teórico o modelo da Teoria da Ação Planejada (TAP) (ROCHA et al., 2009, p. 46).

Sua conclusão é:

A intenção de pagamento do crédito é determinada, mesmo que parcialmente, por fatores que vão além da vontade da pessoa. [...] Em termos práticos [...], os fatores pessoais [...] e sociais (por exemplo, concordar com a opinião do cônjuge - CN) são os melhores preditores para a intenção comportamental (ROCHA et al., 2009, p. 51).

Outro grupo de estudos que levanta dados sobre relações intrafamiliares, mas não os considera para compreender os pequenos empreendimentos agrícolas (ou agroindustriais) familiares, coloca os produtos na posição de sujeitos. É o caso apresentado no artigo de Mariza Zeni de Castro Tomasetto, Jandir Ferrera de Lima e Pery Francisco Assis Shikida, que se propõe a

[...] analisar, por meio de um estudo exploratório, o aporte dos produtos derivados da cana-de-açúcar no contexto do desenvolvimento local no município de Capanema, Estado do Paraná, [...] [buscando] responder à seguinte questão: a produção do açúcar mascavo e os demais produtos derivados da cana-de-açúcar contribuem com o desenvolvimento local do município e mantêm a família no campo? (TOMASETTO; LIMA; SHIKIDA, 2009, p. 22).

Os autores efetuam pesquisa de campo com visitas e entrevistas com “os responsáveis” pelas unidades pesquisadas e recolhem nelas informações sobre a atividade dos familiares (TOMASETTO; LIMA; SHIKIDA, 2009, p. 26-8):



- 1) [Agroindústria Piamolin] É administrada pelo proprietário da terra e quatro pessoas da família estão envolvidas nas atividades de produção [...]. Para essa família, após a implantação da agroindústria, os resultados foram positivos, [...] além de ter de volta um dos filhos que trabalhava na cidade.
- 2) [Agroindústria Terra Boa] Administrada pelo proprietário, emprega quatro pessoas da família, mais dois trabalhadores temporários. [...] Com a renda da agroindústria, construiu casa, espaço para comercializar os produtos na propriedade (onde trabalha uma das filhas) e também comprou um carro.
- 3) [Agroindústria Pé de Cana] Suas atividades se iniciaram em 2002, com duas famílias associadas. No entanto, devido a divergência de ideias, hoje a agroindústria é administrada por uma só família, na qual trabalha o casal de agricultores. Um dos filhos, por opção, trabalha na cidade durante meio período e no outro ajuda a família. Antes de começar a produção de cana-de-açúcar e agroindustrialização, o proprietário dessa agroindústria trabalhava na cidade. Nesse caso, a agroindústria possibilitou trazê-lo de volta para o meio rural, o que não aconteceu com os outros dois membros da família que preferem trabalhar na cidade.
- 4) [Agroindústria Manguaba] Iniciou as atividades em 1998, com sete famílias integradas, sendo que a proposta inicial e que segue até hoje foi de que só os casais trabalhariam na agroindústria, enquanto os filhos e demais membros da família deveriam desenvolver atividades alternativas, ou seja, trabalhar em outras atividades agrícolas ou não agrícolas. [...] Nessa agroindústria, as mulheres cuidam da produção de bolachas e contam com uma cozinha totalmente industrial adquirida com resultados financeiros da própria agroindústria, e os homens cuidam da produção de açúcar mascavo. [...] Hoje, a agroindústria conta com apenas três famílias associadas, pois motivos diferentes levaram as famílias a desistir da agroindústria.
- 5) [Agroindústria Pingo de Mel] Em 1999, a família Hass e mais sete famílias, instigadas com a possibilidade de organizar uma agroindústria, começaram a produzir açúcar mascavo e demais produtos derivados da cana-de-açúcar. Porém, atualmente, só a família proprietária da terra onde está inserida a agroindústria continua na unidade agroindustrial, pois as demais famílias desistiram por não se adaptarem e também pela dificuldade de conciliar os cuidados com as outras culturas. [...] Os principais problemas enfrentados pelas famílias no início das atividades, além da renda, foram a convivência entre os membros e divergências no gerenciamento da agroindústria. [...] A família que continuou com a agroindústria é composta por quatro pessoas [...].

A despeito de todas essas informações, na conclusão do artigo os autores nada mencionam sobre as relações entre os membros das famílias nas unidades de produção,



que são “familiares”. Ficam restritos à questão da permanência ou não dessas famílias (total ou parcialmente) no campo.

Para finalizar esta parte, seguem dois estudos que reconhecem a importância da consideração das relações intrafamiliares para a compreensão do que ocorre no pequeno empreendimento familiar agrícola. Enquanto o primeiro apresenta o problema apenas como uma “especificidade encontrada”, o segundo o aponta com muita clareza, mas não trata dele.

Norma Kiyota e Marcos Affonso Ortiz Gomes procuram compreender a [...] dinâmica dos agricultores familiares no processo de comercialização, diagnosticando e analisando suas estratégias na etapa final de sua relação com o seu produto (KIYOTA; GOMES, 1999, p. 44).

Percebem que na unidade de produção, as atividades produtivas e não produtivas são indivisíveis, pois é o local onde vive a família e é esta que realiza majoritariamente o trabalho necessário para a produção. Assim, para que as atividades sejam consideradas bem sucedidas, além do desenvolvimento econômico, estas precisam responder às necessidades e aspirações dos membros da família e à sua reprodução social [...] (KIYOTA; GOMES, 1999, p. 51).

Wagner Luiz Lourenzani, Timóteo Ramos Queiroz e Hildo Meirelles de Souza Filho reconhecem a importância das relações intrafamiliares para o sucesso dos pequenos empreendimentos agrícolas familiares:

O negócio de um empreendimento caracterizado pela agricultura familiar é complexo, uma vez que nele interagem as necessidades da família – estilo de vida – e os requerimentos do negócio – objetivos da empresa. [...] Geralmente, esses objetivos são conflitantes. [...] Trata-se de um dilema para o administrador rural, para sua família, para o extensionista e para o consultor. Isso porque cada um visualiza de maneira diferente as necessidades para a resolução desse conflito [...]. Para que um empreendimento rural familiar sobreviva e tenha sucesso, é necessário atender a uma série de condições, como: [...] estar preparado para atender continuamente às necessidades e às aspirações dos membros da família (LOURENZANI; QUEIROZ; SOUZA FILHO, 2008, p. 123-4).

Em seu trabalho, os autores propõem “[...] um modelo sistêmico de gestão para um empreendimento rural familiar” (LOURENZANI; QUEIROZ; SOUZA FILHO, 2008, p. 124) e efetuam levantamento de dados primários para demonstrar sua pertinência. Neste levantamento, visitam propriedades e entrevistam 33 produtores.

Entretanto, ao longo do artigo esses produtores são identificados como “administradores rurais”, e os seus familiares como “trabalhadores” ou “mão-de-obra”. Para os primeiros destacam a importância da “competência gerencial e técnica” e para os se-



gundos a (importância da) “motivação” (LOURENZANI; QUEIROZ, SOUZA FILHO, 2008, p. 129).

Para os autores, a gestão caberia apenas ao produtor/responsável: “[...] *considerando que parte da mão-de-obra advém da própria família, é de grande importância que os trabalhos desempenhados gerem bem-estar e motivação*” (LOURENZANI; QUEIROZ; SOUZA FILHO, 2008, p. 129).

Como se isso pudesse ser construído só pelo produtor. Trata-se de uma conquista do pequeno coletivo que vive e trabalha junto com ele.

Quanto à importância da motivação dos trabalhadores pelos gestores do empreendimento familiar, apresentam a seguinte ressalva: “[...] *o atendimento de algumas das expectativas dos trabalhadores pode incorrer em um desembolso maior, elevando, assim, os custos totais da atividade*” (LOURENZANI; QUEIROZ, SOUZA FILHO, 2008, p. 134).

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos trabalhos encontrados no levantamento apontou uma omissão nos estudos empíricos sobre pequenos empreendimentos agrícolas familiares. A literatura que trata desses empreendimentos no período recente não se restringe àquela que se identifica como “agricultura familiar”. Entretanto, esta prevalece nos artigos da base de dados SCIELO e em outros periódicos especializados selecionados e disponíveis eletronicamente para consulta pública.

Entre os examinados, estão os que desconsideram as relações intrafamiliares nos empreendimentos; em muitas situações, como as citadas neste artigo, esta desconsideração compromete ou empobrece os resultados das pesquisas.

Há aqueles que efetuam uma análise “horizontal” e não “vertical”, isto é, em determinado agrupamento de empreendimentos descrevem o que ocorre no conjunto deles, mas não o que ocorre no contexto de cada um deles.

Os estudos de gênero detectam a existência de relações que precisariam ser consideradas na caracterização dos empreendimentos, mas permanecem na exposição. Essas relações estão presentes em praticamente todos os empreendimentos e, portanto, precisam ser consideradas também nos estudos que não tratam de gênero.

Da mesma forma, estudos que buscam compreender o papel de jovens e crianças (ou outro segmento da população de forma genérica) em empreendimentos familiares não contribuem para o entendimento de como o grupo familiar se inter-relaciona para produzir. Os que falam da importância do problema permanecem na dimensão do comentário parcial, sem analisar as relações familiares no contexto da produção.



Na falta desses estudos, os pequenos empreendimentos agrícolas familiares não são devidamente beneficiados por recursos públicos ou privados a eles direcionados, nem por investimentos neles efetuados. Orientações técnicas muitas vezes não atingem seus objetivos porque deixam de identificar ou atentar para as reais dificuldades.

O esforço de trabalho e a capacidade gerencial dos indivíduos atuantes nesses empreendimentos com frequência não são reconhecidos, incentivados e/ou reorientados. O bem estar dos integrantes do grupo familiar e a competitividade do pequeno empreendimento agrícola podem certamente ser compatibilizados. Para tanto, a intervenção do conhecimento gerado e sistematizado por pesquisas que coloquem seu foco no conjunto do empreendimento é imprescindível.

LITERATURA CITADA

ALBUQUERQUE, E. F.; MENEZES, M. O valor material e simbólico da renda renasença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 461-467, 2007.

AMORIM, L.S.B.; STADUTO, J.A.R. “Desenvolvimento territorial rural: a agroindústria familiar no oeste do Paraná”. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 15-29, 2008.

CHALITA, M. A. N.; PANZUTTI, N. P. M. Significados e identidades nas transformações da agricultura familiar. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 11, p. 21-30, 2006.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

KIYOTA, N.; GOMES, M. A. O. “Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema – região sudoeste do Paraná”. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v.1, n. 2, p. 43-54, 1999.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LOURENZANI, W. L. ; QUEIROZ, T. R.; SOUZA FILHO, H. M. Scorecard sistêmico: modelo de gestão para empreendimentos rurais familiares. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 10 n. 1, p. 123-136, 2008.

MAGALHÃES, R. S. A “masculinização” da produção de leite. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 47 n. 1, p. 275-300, 2009.

MATTEI, L. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1055-1073, 2007.

MENASCHE, R.; BELÉM, R. C. Gênero e agricultura familiar: trabalho e vida na produção de leite do sul do Brasil. **Raízes**, Campina Grande, v. 17, n. 17, p. 135-142, 1998.

MORAES, M. D. C. De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão. **Raízes**, Campina Grande, v.17, n. 17, p. 121-143, 1998.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 21-36, 1995.

_____. Agricultura familiar: quantos ancoradouros!, in: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M; SUZUKI, J. C. (orgs), **Geografia Agrária**: teoria e poder. São Paulo, Expressão Popular, 2007.



NOGUEIRA, E. A. et al. O papel das políticas públicas para o (in) sucesso dos assentamentos rurais: o caso de Angatuba, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 37 n. 8, p. 7-13, São Paulo, 2007.

PASSOS, E. et al. **Família, família, negócios a parte**: como fortalecer laços e desatar nós na empresa familiar. São Paulo: Gente, 2006.

PAULILO, M. I. S. "Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise". **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12 n. 01, p. 229-252, 2004.

PEREIRA, S. E.; FIGUEIREDO, A. S.; LOUREIRO, P. R. A. Avaliação do impacto da utilização de crédito, da educação e da escolha do canal de comercialização na horticultura: caso do núcleo rural do Distrito Federal. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 773-799, 2006.

PERONDI, M. A.; RIBEIRO, A. E. M. As estratégias de reprodução de sítiantes no oeste de Minas Gerais e de colonos no sudoeste do Paraná". **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 2, n. 2, p. 3-15, jul./dez. 2000.

ROCHA, F. E. C. et al. Avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: a intenção de pagamento do crédito. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 44-52, 2009.

SILVA, F. C.; LEITÃO, M. R. F. A. Extensão rural e floricultura tropical para o desenvolvimento local: a cooperação no processo de inclusão competitiva dos agricultores familiares em Pernambuco. **Interações**, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 9-19, 2009.

SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

STROPASOLAS, V.L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 01, p. 253-267, 2004.

TOMASETTO, M. Z. C.; LIMA, J. F.; SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema – Paraná. **Interações**, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 21-30, 2009.

Recebido em 07/01/2010.

Liberado para publicação em 05/04/2010.